

## DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DIFERENCIAÇÕES REGIONAIS EM PORTUGAL, DURANTE A DÉCADA DE 70 \*

J. FERRÃO E C. JENSEN-BUTLER

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados, obtidos através da utilização do método de «alteração proporcional» (*shift-share analysis*), relativos às modificações regionais do emprego na indústria transformadora portuguesa, durante o período 1971-79.

Os padrões de desenvolvimento regional em Portugal têm sido por vezes descritos através de categorias analíticas baseadas nos conceitos de *centro* e *periferia*. Segundo esta perspectiva, os desequilíbrios existentes entre esses dois tipos de áreas constituem um elemento fundamental da economia portuguesa. As regiões «centrais» correspondem *grosso modo* aos seis distritos do litoral que se estendem de Setúbal a Braga, destacando-se ainda com particular relevo, no seu seio, as áreas de Lisboa/Setúbal e Porto/Braga; as regiões «peri-féricas» incluem todo o interior e o litoral sudoeste.

É certo que o modelo centro-periferia propicia uma *descrição* relativamente adequada dos padrões de desenvolvimento regional detectados nas últimas duas ou três décadas. Indica-

---

\* Tradução de um texto originariamente concebido para um público estrangeiro (o que justifica algumas afirmações de carácter demasiado geral e a preferência por referências relativas a Portugal de publicações escritas em inglês) e publicado pela Universidade de Aarhus, Dinamarca. Uma versão revista foi publicada em *Tidjschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 77, n.º 2, 1986, p. 132-148.

dores como o produto regional bruto por habitante, o salário médio ou a percentagem de emprego secundário e terciário (JENSEN-BUTLER e PIRES, 1983; LEWIS e WILLIAMS, 1982) parecem corroborar esta afirmação. Os desequilíbrios existentes evidenciam mesmo alguma propensão para se acentuarem, não só em relação a aspectos particulares (distribuição da população, como FIELDING, 1982, demonstrou), mas mesmo em termos mais gerais (LOPES, 1980). O que se torna mais discutível é a adequação do modelo centro-periferia, quer na sua versão liberal radical (por exemplo, MYRDAL, 1957), quer sob a perspectiva marxista e neo-marxista (FRANK, 1969; COOKE, 1980; SOJA, 1980; DE JANVRY e GARRAMON, 1977), como teoria *explicativa* do desenvolvimento regional desigual.

Este modelo tem sido, aliás, severamente criticado nos últimos anos por diversos investigadores, com argumentos de carácter epistemológico, teórico e empírico (veja-se, entre outros, WEBBER, 1982; SAYER, 1982 e BROWETT, 1984). Também os autores do presente artigo defenderam anteriormente (FERRÃO e JENSEN-BUTLER, 1984) que o referido modelo não proporciona uma explicação satisfatória em relação à génese dos padrões de desenvolvimento regional desigual de países industrializados, complementando essa crítica de âmbito global com uma análise empírica incidindo sobre o sector manufactureiro português. Alguns dos resultados obtidos por GASPAR (1981), num estudo acerca da evolução da distribuição populacional entre 1970 e 1981, concorrem igualmente nesse sentido. Este artigo, para além de tentar ilustrar certos aspectos espaciais da evolução da indústria portuguesa, pretende, portanto, contribuir para o debate que se tem vindo a desenvolver em torno deste tipo de questões.

O período retido para investigação, pelas suas características, exige alguns comentários prévios. O principal problema prende-se com a ocorrência de dois subperíodos bem distintos (antes e depois de 1974) que, analisados globalmente, ocultam rupturas e contratendências e, desta forma, contribuem para diluir alguns dos contrastes existentes. Entre 1971 e 1974, e embora se processasse então uma crescente integração de Portugal nas estruturas económicas europeias — com o conseqüente realinhamento da posição ocupada por este país na divisão internacional do trabalho —, a existência de um regime

ultraconservador e repressivo e a importância dos fluxos comerciais com as colónias influenciavam não só a composição do sector industrial, mas ainda as características da mão-de-obra e as condições de trabalho prevalentes, de que vale a pena relevar o baixo nível dos salários médios então auferidos. As consequências imediatas, directas ou indirectas, do movimento de 25 de Abril de 1974 sobre a indústria transformadora foram variadas e quase sempre profundas: elevação dos salários nominais e reais, aumento das taxas de inflação, quebra da produção, nacionalização dos sectores-bases, nova legislação laboral (direito à greve, dificuldade de despedimentos, etc.). Também noutros sectores se verificaram alterações de grande amplitude, como a reforma agrária no Alentejo ou o regresso de cerca de meio milhão de retornados das ex-colónias, a que se adicionaram posteriormente algumas centenas de milhares de emigrantes, provenientes sobretudo de países da Europa Ocidental. O investimento estrangeiro directo decaiu para níveis quase nulos em 1975-76, embora tenha vindo, desde então, a alcançar valores mais elevados. Duas grandes tendências mantiveram-se, no entanto, durante o conjunto de anos retidos para análise: quebra do emprego na agricultura e, pelo contrário, aumento no sector terciário.

Refira-se, por outro lado, que ao carácter contraditório que muitos destes elementos apresentam entre si acresce ainda a incidência, por vezes muito desigual, que cada um deles alcança nas várias parcelas do território.

Por todas as razões invocadas, o período 1971-79 não corresponde a uma fase de estabilidade da economia portuguesa, em geral, e da indústria transformadora, em particular. Diversos ramos experimentaram um rápido crescimento, quer da produção, quer do emprego, até 1974, seguindo-se então uma tendência para a estagnação ou mesmo para o declínio mais ou menos acentuado; outros, pelo contrário, demonstraram uma certa revitalização após aquela data, embora por vezes de forma efémera.

Em resumo, a diversidade de situações existentes entre 1971-79 dilui-se parcialmente numa análise global referente a esse conjunto de anos. No entanto, a informação disponível, a que adiante se aludirá com algum pormenor, condicionou fortemente a selecção dos marcos temporais a reter, pelo que

os comentários que se seguem procurarão ter sempre presentes as restrições apontadas.

2. BREVE REFERÊNCIA AO MÉTODO DE «ALTERAÇÃO PROPORCIONAL»  
(*shift-share analysis*)

Este processo corresponde a uma técnica simples, utilizada em análises de economia regional, desenvolvida com base em informação estatística espacial e sectorialmente desagregada. A maior parte dos estudos efectuados utiliza dados referentes ao emprego, embora o recurso a esta técnica seja naturalmente extensivo a um leque muito variado de informação.

A análise de *shift-share* avalia a amplitude da alteração verificada em cada área em relação à que se evidenciou para o conjunto da economia nacional; no caso deste artigo, calcula-se, inicialmente, qual seria a evolução do emprego do sector secundário em cada região se todos os ramos aí existentes sofressem uma taxa de variação idêntica à que globalmente se detectou para a totalidade da indústria do país, obtendo-se, por esta forma, a porção teoricamente partilhada por cada uma das unidades espaciais consideradas (*regional share*), em função da componente de crescimento nacional. A diferença entre a variação efectiva do conjunto do emprego do sector secundário observada em cada região e o valor anteriormente obtido denomina-se por alteração relativa líquida (*net shift* ou *regional shift*), e pode ser negativa ou positiva:

Variação regional do emprego = componente de crescimento nacional  
+ alteração relativa líquida

e

Alteração relativa líquida = componente estrutural + componente diferencial

Se

- C. C. N. = componente de crescimento nacional
- A. R. L. = alteração relativa líquida
- C. E. = componente estrutural
- C. D. = componente diferencial

então:

$$C. C. N. = (E_{n1}/E_{no}) \cdot E_{ro}$$

$$A. R. L. = E_{r1} - (E_{n1}/E_{no}) \cdot E_{ro}$$

$$C. E. = \sum_{i=1}^K ((E_{n1}^i/E_{no}^i) - (E_{n1}/E_{no})) \cdot E_{ro}^i$$

$$C. D. = \sum_{i=1}^K (E_{r1}^i - ((E_{n1}^i/E_{no}^i) \cdot E_{ro}^i))$$

em que:

$E_n$  = emprego nacional

0 e 1 = tempo 0 e 1

$E_r$  = emprego regional

$i$  = ramo (num total de  $k$ )

C.E. indica os efeitos da estrutura industrial (ramos existentes) de uma dada região sobre a taxa global de crescimento do emprego aí observada. No caso de alcançar valores positivos, significa que possui uma composição favorável, através da presença de ramos com elevadas taxas nacionais de crescimento; pelo contrário, se os resultados forem negativos, a situação será oposta. C.D. exprime até que ponto cada um dos ramos de uma dada região revela taxas de crescimento do emprego superiores ou inferiores às que se observaram ao nível nacional para esse mesmo tipo de actividade; por essa razão, esta componente é geralmente tomada como um indicador das vantagens ou desvantagens específicas de cada região, justificando que por vezes se lhe atribua a designação de «componente locativa».

Este tipo de análise tem sido utilizado em numerosos estudos e descrito por diversos autores (DUNN, 1960; STILWELL, 1970; CENTRO DE ESTUDOS DE PLANEAMENTO, 1974; PARASKEVOPULOS, 1974; ARMSTRONG e TAYLOR, 1978). Algumas críticas, teóricas e empíricas, podem ser encontradas, por exemplo, em BUCK, 1970; MACKAY, 1968 e RICHARDSON, 1978. Um dos principais aspectos a realçar prende-se com a excessiva dependência dos resultados obtidos em relação ao grau de desagregação espacial e sectorial utilizado, situação essa que é facilmente detectável em termos empíricos. Ao nível teórico, essas críticas têm sobretudo incidido sobre o significado da componente diferencial, nomeadamente pela dificuldade que vulgar-

mente surge em distinguir dos efeitos locativos os que decorrem da estrutura industrial existente; se, por exemplo, um ramo de uma determinada região apresenta taxas de crescimento pouco elevadas em virtude da falta de ligação com outras indústrias da área, o resultado prende-se com razões «locativas» ou «estruturais»?

O método de «alteração proporcional» é por vezes utilizado como instrumento analítico para a formulação de políticas regionais. Valores negativos da componente estrutural podem, teoricamente, ser superados através da criação de unidades pertencentes a ramos com taxas de crescimento mais elevadas, enquanto resultados desfavoráveis no que toca à componente diferencial são, em princípio, susceptíveis de serem ultrapassados, fomentando o desenvolvimento de infra-estruturas e outras políticas que procurem aumentar os índices de produtividade obtidos na região. No entanto, e como BUCK (1970) argumentou, é perigoso utilizar esta técnica de uma forma demasiado simplista, dadas as debilidades teóricas que a caracterizam. Uma discussão acerca dos seus limites como instrumento utilizado na formulação de políticas regionais pode encontrar-se em STEVENS e MOORE (1980).

### 3. FONTES DE INFORMAÇÃO

Os dados relativos ao emprego nas diferentes regiões não são abundantes e nem sempre se apresentam suficientemente correctos e actualizados. A informação utilizada no presente estudo provém do *Recenseamento Industrial* de 1971 (I. N. E., 1977) e de dados não publicados, relativos a 1979, disponíveis no Ministério do Trabalho. Estes últimos são globalmente comparáveis aos de 1971 no que se refere às áreas e aos ramos considerados, apesar de algumas modificações em certas subcategorias; a reduzida amplitude destas diferenças não invalida, contudo, os resultados obtidos. Em ambas as datas a informação refere-se apenas a estabelecimentos com cinco ou mais pessoas ao serviço.

Os Recenseamentos da População de 1970 e 1981 (I. N. E., 1973 e 1984) constituem uma outra fonte possível. A comparação entre este conjunto de dados e o anterior levanta, no entanto, alguns problemas, de que vale a pena destacar os

seguintes: em primeiro lugar, dizem respeito ao local de residência e não, como no caso inicial, ao de emprego; em seguida, cobrem toda a população considerada economicamente activa e não apenas os que desenvolvem a sua actividade em unidades com cinco ou mais pessoas; por outro lado, a informação é recolhida individualmente, junto de cada inquirido, e não a partir das respectivas empresas; em quarto lugar, os resultados do *Recenseamento* de 1970 baseiam-se no apuramento dos dados relativos a uma amostra de 20 % da população inquirida; finalmente, a definição de períodos incluindo um total de anos diferentes e delimitados por marcos temporais distintos (1970-81 e 1971-79) dificulta qualquer tentativa de comparação entre esses dois conjuntos (mesmo ponderando os resultados obtidos pelo número de anos englobados em cada um dos casos, as taxas de variação de emprego para alguns sectores — vestuário, madeira e mobiliário, indústrias básicas de ferro e aço, etc. — e distritos — Vila Real, Viana do Castelo, Bragança, Viseu, Évora — são bastante superiores quando calculadas com base nas estatísticas referentes às unidades industriais). Isto é, torna-se evidente a impossibilidade de se proceder a uma análise comparativa sistemática entre os dois conjuntos referidos.

A opção pela informação contida nas duas primeiras fontes (*Recenseamento Industrial* e Ministério do Trabalho) prende-se com factores de ordem técnica e teórica. De entre os primeiros, merecem destaque, por um lado, o facto de o tipo de recolha a que se procede (centrada nas empresas) parecer proporcionar uma classificação mais correcta pelos diferentes ramos industriais e, pelo outro, a existência de problemas decorrentes do recurso a uma amostra de 20 % no *Recenseamento da População* de 1970. Quanto aos factores de ordem teórica, é o próprio significado de actividades de carácter realmente industrial que está em causa: daí que se tenha optado por escolher para análise apenas as unidades com cinco ou mais pessoas ao serviço, procurando excluir não só o trabalho por conta própria, mas ainda a multiplicidade de situações de âmbito meramente artesanal. A opção efectuada é, naturalmente, discutível; daí a necessidade de se explicitar desde o início os motivos que a justificam, até porque os resultados

finais obtidos dependem grandemente da informação de base utilizada.

Esta questão ganha ainda relevo por uma razão suplementar: a existência de um outro estudo sobre a indústria portuguesa (1960-70), com recurso à mesma técnica de análise, mas tendo por base a informação incluída nos Recenseamentos da População (JENSEN-BUTLER e PIRES, 1983). Qualquer tentativa de comparação entre os padrões detectados para cada uma das décadas terá, pois, que ser cuidadosa, levando em conta o conjunto de reservas que se referiram, nomeadamente a possibilidade de o *Recenseamento* de 1970 subestimar o emprego existente nalguns ramos (alimentar, químicas, produtos metálicos, etc.).

O facto de se ter reconhecido nas duas primeiras fontes uma qualidade superior não impede, contudo, que também nesses casos ocorram situações relativamente graves: heterogeneidade demasiado acentuada no seio de alguns ramos; desconhecimento dos valores referentes ao total da produção em 1979, impedindo uma comparação entre a evolução do emprego e dos índices de produtividade (a quebra do primeiro pode corresponder a tendências distintas do segundo); impossibilidade, por fim, de dissociar empiricamente as várias componentes que contribuem para a expansão do emprego regional, distinguindo, em particular, entre expansão de iniciativas já existentes e implantação de novas empresas, por um lado, e participação de capital local ou proveniente do exterior, pelo outro.

É, pois, tendo em mente este conjunto de reservas que os resultados obtidos e a análise que se segue devem ser encarados.

#### 4. PADRÕES GERAIS DE CRESCIMENTO INDUSTRIAL

No quadro I apresenta-se a evolução do emprego industrial entre 1971 e 1979. A taxa de crescimento durante este conjunto de anos foi de 20,7% (valor que pode ser comparado com o acréscimo verificado entre 1970 e 1981, com base nos respectivos Recenseamentos da População: 39,9%), quedando-se pelos 5,3% entre 1960 e 1970, um período durante o qual a emigração se fez sentir de forma acentuada. Embora o total da população de Portugal tenha, por essa razão, diminuído

## QUADRO I

Evolução do emprego nos ramos da indústria transformadora

Ramos	1971	1979	Δ %
Alimentação/bebidas . . . . .	77 841	86 918	11,7
Têxteis . . . . .	140 986	148 707	5,5
Vestuário . . . . .	36 295	56 374	55,3
Calçado . . . . .	25 691	30 135	17,3
Madeira, mobiliário . . . . .	66 385	83 767	26,2
Papel, artes gráficas . . . . .	35 813	42 839	19,6
Químicas . . . . .	50 817	63 910	25,8
Minerais não metálicos . . . . .	50 306	63 811	26,8
Metalurgia de base . . . . .	16 268	23 392	43,8
Produtos metálicos . . . . .	51 376	68 180	32,7
Máquinas e material eléctrico e não eléctrico	101 943	122 687	20,3
Outros . . . . .	9 542	9 975	4,5
<i>Total</i> . . . . .	663 263	800 675	20,7

entre estas duas datas, e isso apesar da manutenção de taxas de crescimento natural elevadas, a baixa percentagem referente à década de 60 pode, até certo ponto, reflectir a existência de valores subestimados no *Recenseamento* de 1970. Todos os ramos considerados apresentam taxas de crescimento do emprego industrial positivas entre 1971 e 1979, enquanto, no período anterior, três deles — alimentação, vestuário e calçado — se encontravam em declínio. Durante a década de 70, as indústrias com evolução mais positiva quanto a este aspecto foram as seguintes: vestuário, metalurgia de base e produtos metálicos. Taxas de crescimento menos elevadas incluem ramos como os têxteis, alimentar, calçado e «outras indústrias». As modificações mais marcadas entre as duas décadas dizem respeito à indústria têxtil — onde se verifica uma acentuada diminuição da respectiva taxa de crescimento, reflectindo simultaneamente a intensificação da concorrência internacional, a diminuição do investimento produtivo e a perda dos mercados coloniais — e ao vestuário, cuja situação melhorou francamente. Alimentação/bebidas, mobiliário e produtos metálicos correspondem igualmente a ramos cujas taxas de crescimento se acentuaram do primeiro para o segundo períodos.

Contudo, os vários tipos de indústria considerados não se apresentam internamente homogêneos em termos de cres-

cimento; na realidade, os diferentes sub-ramos susceptíveis de serem autonomizados possuem taxas de crescimento diversificadas, facto que traduz sensibilidades distintas às modificações de ordem social e económica entretanto operadas tanto ao nível nacional como internacional.

A década de 70 corresponde a um período de rápido crescimento do emprego industrial em Portugal, sobretudo em comparação com a situação de outros países europeus, ainda que o investimento estrangeiro directo tenha entretanto diminuído, não só como consequência das transformações desencadeadas em 1974, mas ainda como reflexo da crise internacional que então se começou a manifestar de forma clara.

O regresso de milhares de pessoas provenientes das ex-colónias influenciou também o desenvolvimento da economia portuguesa, contribuindo, por um lado, para a expansão do mercado interno e, pelo outro, para a eclosão de numerosas pequenas iniciativas nos sectores industrial e do comércio e serviços.

Finalmente, a rápida elevação dos salários e os crescentes níveis de inflação verificados após 1974 retiraram a Portugal algumas das vantagens comparativas, no mercado internacional, dos ramos intensivos em trabalho, embora essa situação tenha sido parcialmente compensada através de sucessivas desvalorizações do escudo.

Se a este conjunto de elementos se adicionar alguns já referidos ao longo deste artigo, fácil se torna verificar que no interior do período que se estende de 1971 a 1979 se devem autonomizar três subconjuntos distintos. Um primeiro, de 1971 a 1974, caracterizado pela existência de baixos níveis salariais, por uma legislação laboral repressiva, um contexto de procura mundial ainda relativamente favorável e, por fim, altas taxas de crescimento industrial. Em 1974 e 1975 verifica-se a desintegração de uma parcela considerável do sistema económico até aí vigente, facto que foi naturalmente acompanhado pela diminuição da produção, mas não necessariamente do emprego. Entre 1976 e 1979 restabelecem-se alguns dos padrões de crescimento do primeiro subperíodo, embora a níveis inferiores aos que se detectaram no início da década de 70.

A incidência desigual deste conjunto de factores sobre os diferentes sub-ramos pode ser ilustrada através dos seguintes exemplos:

1. Indústrias com taxas de evolução do emprego entre 1971 e 1979 inferiores à média nacional.
  - A) Indústrias tradicionais, por vezes com padrões espaciais muito concentrados: vidro, chapelaria, ferramentas manuais, lanifícios, moagens de farinha, curtumes, etc.
  - B) Indústrias sensíveis aos efeitos da crise internacional, e conseqüente retracção do investimento estrangeiro directo, e à instabilidade política posterior a 1974: montagem de aparelhos eléctricos e de veículos automóveis.
  - C) Indústrias onde o avanço da automatização foi mais marcado: celulose, cimento.
  
2. Indústrias com taxas de evolução do emprego entre 1971 e 1979 superiores à média nacional.
  - A) Pequenos e médios investimentos associados a:
    - a) modernização da agricultura: rações, máquinas e equipamento agrícola;
    - b) expansão do mercado interno (retornados e emigrantes regressados), generalização de novos padrões de consumo e aumento do poder de compra (1974-76): mobiliário e outros artigos para o lar, alguns produtos alimentares (congelados, lacticínios, etc.), edição de publicações, perfumes e produtos de higiene, etc.;
    - c) surto de construção civil, fortemente baseado na edificação de habitações unifamiliares: artigos de cimento e marmorite;
    - d) expansão das redes de comercialização e dos pequenos comerciantes: carroçarias e reboques (também relacionada com A.a);
    - e) exportação: vestuário, têxteis-lar, moldes de aço para a indústria do plástico.

B) Médias e grandes empresas associadas à divisão internacional do trabalho:

- a) dos anos 60: estaleiros navais;
- b) dos anos 70 (exportação de tecnologias e serviços industriais para países do Terceiro Mundo): produtos metálicos «pesados», geralmente sob a forma de bens de produção semiacabados.

##### 5. PADRÕES REGIONAIS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO INDUSTRIAL

A figura 1 evidencia as modificações do emprego industrial por distrito em 1960-70 e 1971-79. Neste último período, todo o Norte apresenta taxas de crescimento superiores à média do país (20,7%), o mesmo acontecendo com Coimbra, Évora e Setúbal. Beja e Faro correspondem aos únicos dois distritos que perdem emprego neste sector. Lisboa possui um crescimento positivo mas inferior à média nacional e o Porto alcança valores um pouco mais elevados.

Comparando estes resultados com os que ocorreram na década de 60, ressaltam algumas diferenças de relevo, sobretudo no que diz respeito ao Norte e centro interiores, que apresentavam então valores sistematicamente negativos.

A figura 2 revela a diferença entre o crescimento efectivo do emprego e aquele que seria de esperar a partir da aplicação da componente de crescimento nacional, em valores absolutos e relativos (isto é, calculada em percentagem em relação à variação, positiva ou negativa, do total de emprego). A sua leitura global deve, no entanto, ser cuidadosa, já que um aumento modesto em valores absolutos pode traduzir-se por percentagens relativamente elevadas.

##### 5.1. A componente estrutural: todos os ramos

A diferente incidência espacial da componente estrutural entre 1971 e 1979 encontra-se expressa na figura 3. Os distritos com valores positivos (a maior parte do litoral) possuem estruturas industriais «favoráveis», passando-se o oposto com os que alcançam resultados negativos (interior). Este padrão distributivo coincide globalmente com o que JENSEN-BUTLER e PIRES (1983) detectaram para a década de 60. Os valores

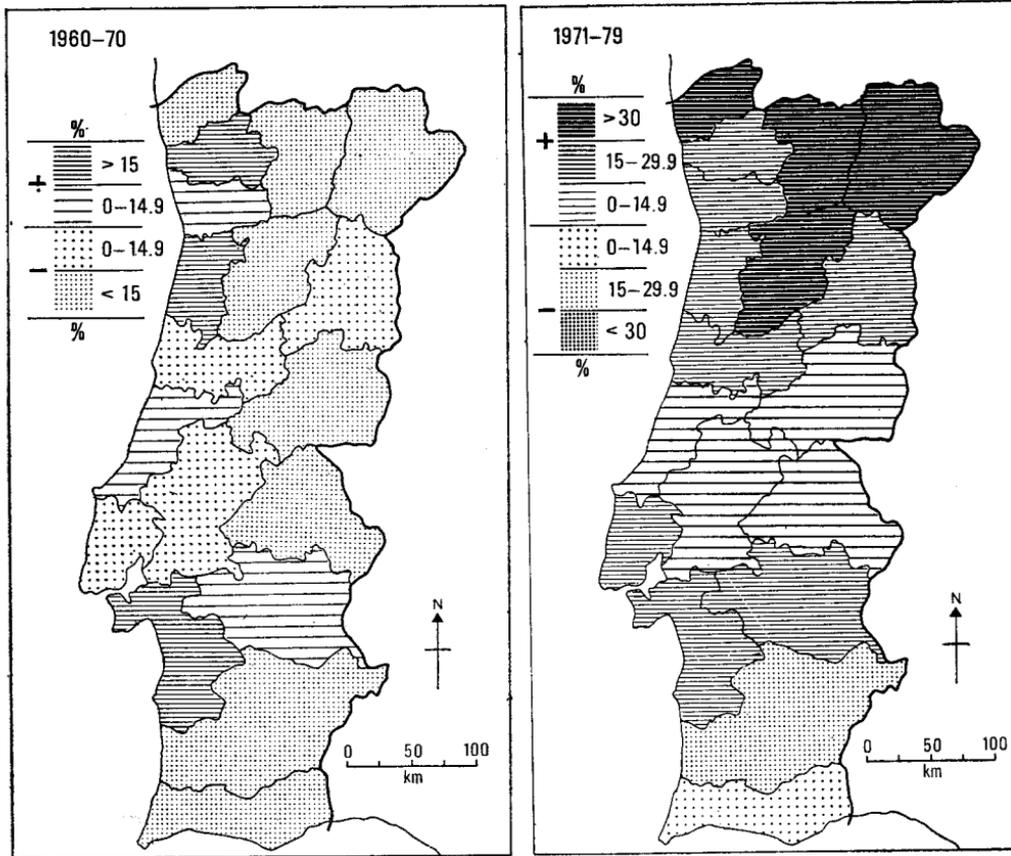


Fig. 1 — Variação percentual do emprego na indústria transformadora, por distritos.

negativos do interior devem-se basicamente à expressão aí alcançada por dois ramos com taxas de crescimento inferiores à média do país: alimentação e têxteis.

## 5.2. A componente diferencial: todos os ramos

Nas figuras 4 e 5 cartografa-se a incidência da componente diferencial entre 1971 e 1979; os resultados obtidos revelam um padrão de distribuição consideravelmente distinto do anterior e reflectem a existência de comportamentos regionalmente muito diferenciados nalguns ramos. Os distritos com valores positivos obtêm taxas de crescimento superiores às

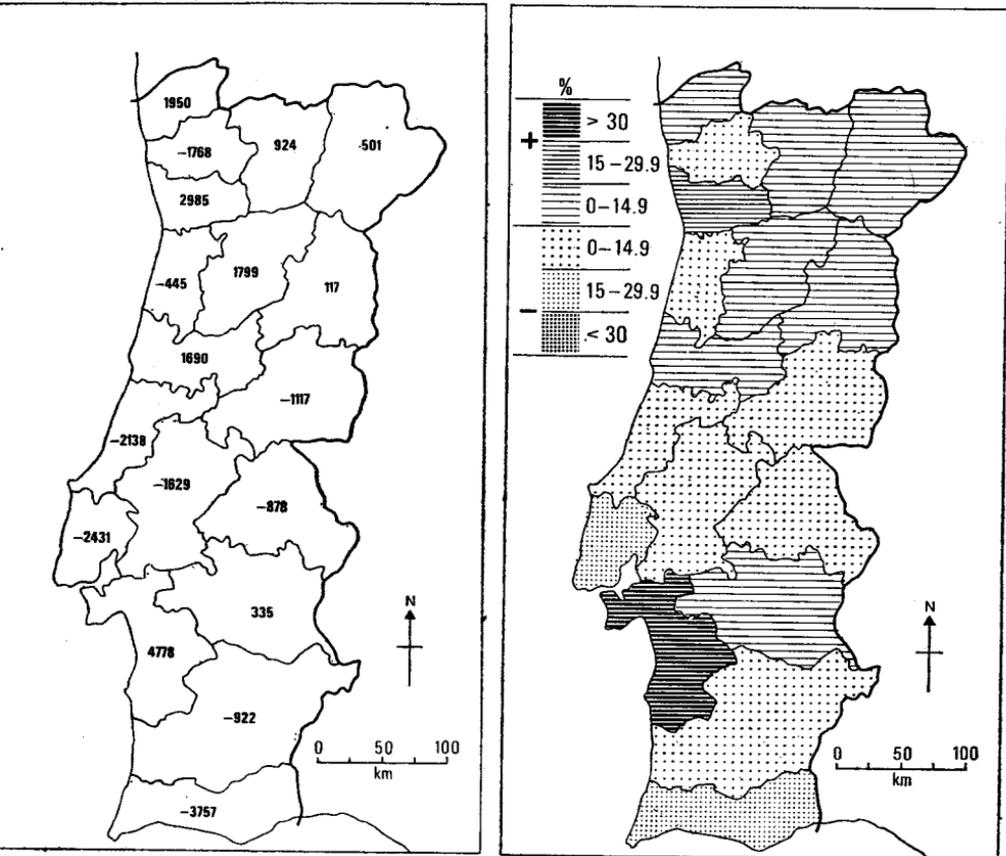


Fig. 2 — Diferença entre o crescimento efectivo do emprego e o que corresponde à aplicação da componente de crescimento nacional, em valores absolutos e percentuais (calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal), por distritos (1971-79).

respectivas médias nacionais, tanto em ramos globalmente dinâmicos como naqueles onde a evolução do emprego foi, para o conjunto do país, menos marcada (alimentação, por exemplo).

Estes resultados sugerem não só uma propensão para se acentuarem as diferenças de crescimento do emprego, produtividade e estruturação organizativa das empresas no seio de alguns ramos, como ainda que essa diferenciação não se tende a expressar territorialmente segundo uma distribuição do tipo centro-periferia. Uma análise, a efectuar posteriormente, inci-

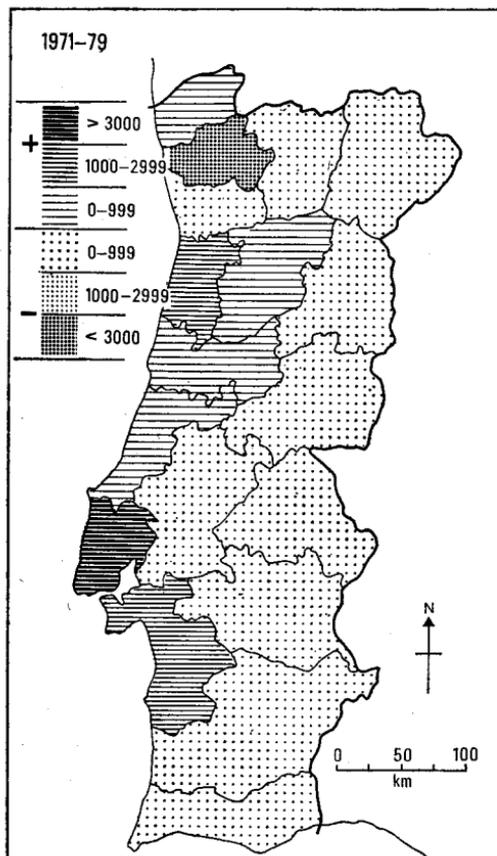


Fig. 3 — Incidência da componente estrutural, em valores absolutos, por distritos (1971-79).

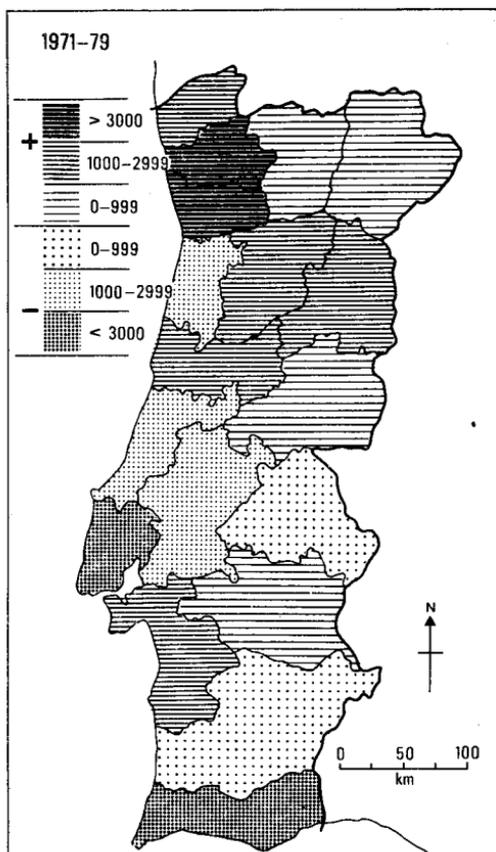


Fig. 4 — Incidência da componente diferencial, em valores absolutos, por distritos (1971-79).

dindo sobre certos ramos permitirá ilustrar melhor estas diferenças.

O padrão distributivo detectado para a década de 70 é, pois, bastante distinto do que se encontrou para 1960-70 (fig. 5), claramente polarizado por Setúbal e Porto/Braga.

A comparação da figura 2 com as figuras 3, 4 e 5 revela que a diferença entre o crescimento efectivo do emprego e aquele que seria de esperar, tendo por base a componente de crescimento nacional, aponta para uma distribuição mais próxima da componente diferencial do que da estrutural. Na realidade, o coeficiente de correlação de PEARSON entre os

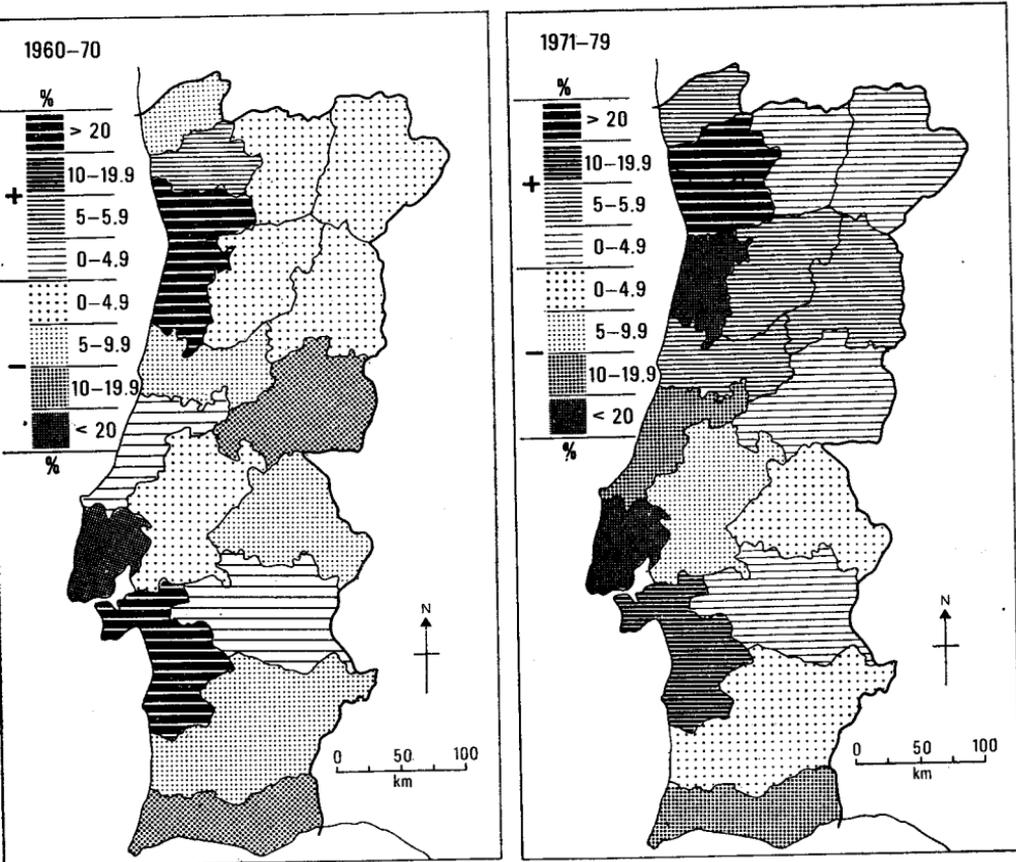


Fig. 5 — Incidência da componente diferencial, em valores percentuais (calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal), por distritos (1960-70 e 1971-79).

dois primeiros é de + 0,70, baixando para + 0,19 quando se relaciona o padrão da figura 2 com o da figura 3, o que parece significar que a evolução do emprego industrial dos vários distritos na década de 70 se prende basicamente com factores de ordem regional e não tanto com a estrutural sectorial (composição por ramos) existente em cada caso.

### 5.3. Classificação dos distritos

No quadro IIa encontram-se agrupados os vários distritos de acordo com o resultado obtido pelas componentes estrutural

## QUADRO II

Classificação dos vários distritos a partir das componentes estrutural e diferencial da evolução do emprego da indústria transformadora

## IIa — 1971-79

Componente estrutural	Componente diferencial	Grupo
+	+	1. Coimbra, Setúbal, Viana do Castelo, Viseu
—	+	2. Porto, Bragança, Guarda, Évora, Vila Real, Braga, Castelo Branco
+	—	3. Aveiro, Leiria, Lisboa
—	—	4. Beja, Faro, Portalegre, Santarém

## IIb — 1960-70

Componente estrutural	Componente diferencial	Grupo
+	+	1. Braga, Porto, Leiria, Setúbal
—	+	2. Aveiro, Évora
+	—	3. Castelo Branco
—	—	4. Lisboa, Faro, Bragança, Portalegre, Guarda, Coimbra, Beja, Viseu, Vila Real, Viana do Castelo, Santarém

e diferencial em 1971-79; em IIb inclui-se a situação detectada no estudo relativo a 1960-70. Uma leitura comparativa permite verificar a ocorrência de modificações consideráveis, havendo apenas cinco casos, num total de dezoito, que se mantiveram no mesmo grupo em ambos os períodos.

O primeiro conjunto de 1971-79, caracterizado por alcançar valores positivos em relação a ambas as componentes, inclui quatro distritos — Coimbra, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu —, dos quais apenas o segundo é indubitavelmente classificado como pertencente às áreas de carácter «central». No quadro III evidenciam-se os ramos que mais contribuíram para os valores da componente diferencial em cada distrito, podendo observar-se uma certa repetição em relação a alguns deles no que se refere a participações positivas (alimentação/bebidas, vestuário, produtos metálicos, máquinas, etc.). Uma das expli-

## QUADRO III

Ramos que mais contribuem para o valor global da componente diferencial obtido em cada distrito

Distrito	Componente diferencial (variação)	Ramo
Aveiro	- 2552	Vestuário (-) Metalúrgica de base (-) Máquinas e material eléctrico e não eléctrico (+)
Beja	- 796	Alimentação/bebidas (-) Máquinas e material eléctrico e não eléctrico (-)
Braga	3990	Alimentação/bebidas (+) Têxtil (+) Vestuário (+) Químicas (-)
Bragança	553	Alimentação/bebidas (+) Minerais não metálicos (+)
Castelo Branco	125	Alimentação/bebidas (-) Têxtil (-) Vestuário (+) Minerais não metálicos (+)
Coimbra	1533	Alimentação/bebidas (+) Têxtil (+) Vestuário (+) Calçado (+)
Evora	346	Alimentação/bebidas (+) Calçado (-) Máquinas e material eléctrico e não eléctrico (+)
Faro	- 3449	Alimentação/bebidas (-) Madeira/mobiliário (-)
Guarda	1058	Alimentação/bebidas (+) Minerais não metálicos (+) Máquinas e material eléctrico e não eléctrico (+)
Leiria	- 2994	Alimentação/bebidas (+) Têxtil (-) Madeira/mobiliário (-) Minerais não metálicos (-) Produtos metálicos (-) Máquinas e material eléctrico e não eléctrico (+)

QUADRO III (Continuação)

Distrito	Componente diferencial (variação)	Ramo
Lisboa	- 5845	Alimentação/bebidas (+) Vestuário (-) Químicas (-) Máquinas e material eléctrico e não eléctrico (-)
Portalegre	- 656	Alimentação/bebidas (-) Químicas (+)
Porto	3209	Alimentação/bebidas (-) Têxtil (+) Madeira/mobiliário (+) Químicas (-)
Santarém	- 1555	Alimentação/bebidas (+) Têxtil (-) Vestuário (-) Metalúrgica de base (-)
Setúbal	2663	Têxtil (+) Madeira/mobiliário (-) Químicas (+) Produtos metálicos (+) Máquinas e material eléctrico e não eléctrico (+)
Viana do Castelo	1814	Vestuário (+) Madeira/mobiliário (-) Papel e artes gráficas (+) Produtos metálicos (+) Máquinas e material eléctrico e não eléctrico (+)
Vila Real	929	Alimentação/bebidas (+) Minerais não metálicos (+) Produtos metálicos (+)
Viseu	1627	Alimentação/bebidas (+) Vestuário (+) Minerais não metálicos (+) Metalúrgica de base (+) Máquinas e material eléctrico e não eléctrico (+)

cações da heterogeneidade de situações susceptíveis de serem encontradas no interior de alguns ramos prende-se com a desigual adaptação e aproveitamento das condições relativamente específicas existentes em cada distrito, por parte do capital industrial (MASSEY, 1979).

O segundo grupo, que contém sete distritos, apresenta valores negativos no que se refere à componente estrutural mas positivos quanto à componente diferencial, isto é, trata-se de áreas onde uma estrutura industrial pouco «favorável» não impede a obtenção de resultados finais bastante positivos. O facto de a maior parte destes distritos se localizar no Norte ou na região centro interior sugere a emergência de novas configurações espaciais correspondentes ao acentuar de uma clivagem Norte/Sul, que por esta forma se associa à tradicional divisão territorial do trabalho, tecnologia e produção existente entre o litoral e o interior

O terceiro grupo, onde a componente estrutural é positiva mas a diferencial negativa, contém três distritos do litoral. Embora com uma estrutura industrial teoricamente favorável e com uma boa acessibilidade em relação aos mercados interno e externo, a evolução do emprego do secundário nestes casos quedou-se, durante a década de 70, aquém dos valores previsíveis. Na análise por ramos, a efectuar posteriormente, é possível detectar que tanto em Leiria como em Aveiro ocorrem situações muito contrastadas (positivas e negativas) de ramo para ramo, pelo que uma leitura apressada do resultado alcançado pelo conjunto do sector manufactureiro em cada um desses distritos pode induzir em erro, sugerindo debilidade onde de facto existe acentuado dinamismo e mutação industriais, ainda que o saldo dessas transformações, em termos de emprego, não surja especialmente favorável; já no caso de Lisboa, o terceiro distrito incluído neste grupo, as razões são de ordem diversa, reflectindo antes o crescimento marcado do sector terciário e a conseqüente desindustrialização relativa que o acompanha.

Por último, o quarto grupo engloba distritos onde ambas as componentes, estrutural e diferencial, se apresentam com valores negativos, merecendo a pena realçar que todos os casos incluídos (Beja, Portalegre, Faro e Santarém) faziam já parte do conjunto equivalente, definido para 1960-70. Nos três primeiros distritos a situação detectada relaciona-se sobretudo com a expressão e os resultados que o ramo alimentar aí alcança; já para Santarém a explicação apresenta-se mais complexa, pelo que apenas na análise de pormenor, a efectuar posteriormente, serão expostos alguns comentários nesse

sentido. Repare-se, em síntese, que este grupo inclui os distritos que se encontram em pior posição no que se refere à evolução do emprego industrial; não deixa, por isso, de ser significativo que as áreas nele englobadas se localizem agora no Sul do país, quando durante a década de 60 se distribuía antes pelo conjunto do interior. Trata-se, afinal, de mais um indício no sentido de relevar a emergência do contraste Norte/Sul, que assim se adiciona ao que tradicionalmente opõe litoral e interior.

#### 5.4. *A componente diferencial: análise de alguns ramos*

De forma a ilustrar certos aspectos anteriormente referidos, comentam-se, de seguida, os padrões espaciais da evolução do emprego de alguns ramos entre 1971 e 1979.

##### 5.4.1. *Alimentação e bebidas*

A figura 6 evidencia, uma vez mais, a existência de um contraste Norte/Sul no interior do país, ocupando esta última parcela do território uma posição mais deficiente (à excepção de Évora), situação que contrasta claramente com a distribuição do tipo centro-periferia detectada para 1960-70.

Diversos aspectos convergem para os resultados pouco favoráveis que se evidenciam nos distritos do Sul, nomeadamente as alterações de ordem política, social e económica despoletadas a partir de 1974, no Alentejo, e o declínio de vários sub-ramos da indústria conserveira (concorrência dos produtos congelados e de alimentos frescos, acompanhando uma maior intensificação das redes de comercialização, diminuição de alguns segmentos mais exportadores, sobretudo após a adesão do Reino Unido à C. E. E., etc.), quer no Alentejo, quer no Algarve, onde um investimento demasiado polarizado por actividades mais especulativas (turismo, construção civil) se tem mostrado incapaz de criar as bases de uma industrialização local consistente.

Nos distritos do Norte (sobretudo os do interior), a crescente inserção de pequenos camponeses na esfera mercantil e o alargamento dos mercados locais (recuo do autoconsumo, aumento da população residente relacionado com o regresso

de dezenas de milhares de retornados das ex-colónias e de ex-emigrantes, divulgação de novos padrões de consumo, etc.) proporcionaram o avanço do emprego nas indústrias alimentares, sobretudo significativo, em termos relativos, nas áreas onde a presença de campesinato (FERRÃO, 1982) é ainda bastante expressiva.

Nos distritos do litoral verifica-se que ao investimento de raiz local podem ainda adicionar-se com certo relevo os empreendimentos provenientes de outras áreas do país ou do estrangeiro, que aqui procuram beneficiar da existência de uma mão-de-obra «flexível» e pouco exigente, com fortes ligações ao mundo rural, proporcionando, nalguns casos, uma forte articulação entre a pequena produção mercantil e o sector transformador com características claramente capitalistas, sobretudo no seio das actividades agro-pecuárias. Pelo contrário, e como se referiu, o dinamismo industrial detectado nos distritos do Nordeste decorre basicamente de investimentos locais, associados quer a empréstimos em condições favoráveis, concedidos, por exemplo, a retornados das ex-colónias, quer à mobilização de poupanças de emigrantes.

#### 5.4.2. *Têxteis*

Trata-se de um ramo cuja taxa de crescimento do emprego decaiu consideravelmente entre 1960-70 e 1971-79. A distribuição dos valores relativos à componente diferencial permite evidenciar três situações bastante desiguais (fig. 6b).

Nas áreas onde predomina a produção de têxteis de algodão (Porto, Braga), os resultados são bastante positivos. Nestes casos, a ocorrência de estruturas organizativas e tecnológicas mais modernas e as características da mão-de-obra (ligação ao campo, povoamento disperso, etc.) convergem favoravelmente, traduzindo-se por consideráveis acréscimos do volume de emprego.

Pelo contrário, nos distritos onde se verifica a existência de algumas das mais importantes manchas de implantação de têxteis de lã (Castelo Branco, Leiria) a situação apresenta-se bastante negativa. A persistência de uma estrutura industrial arcaica, demasiado dependente do baixo nível das remunerações pagas, dificultou ou impediu mesmo que muitas empresas

conseguissem fazer face aos acréscimos salariais ocorridos após 1974 e à crescente concorrência verificada nos mercados internacionais. A perda das colónias agravou ainda mais a situação descrita.

Os valores mais negativos são, no entanto, obtidos nos distritos contíguos a Lisboa (Santarém e Setúbal), facto que parece apontar para um certo esgotamento do processo de desconcentração produtiva, ocorrido durante a década anterior no que se refere a este tipo de indústria.

#### 5.4.3. *Vestuário*

Este ramo, com acentuado crescimento durante a década de 70, revela, como em casos anteriores, um relativo contraste Norte/Sul (fig. 6c) — todos os distritos a sul do Tejo apresentam valores negativos <sup>(1)</sup> —, ao contrário do que sucedia nos anos 60, em que prevalecia uma distribuição do tipo centro-periferia.

O desenvolvimento desta actividade em praticamente todo o Norte, mas sobretudo no Noroeste, associa-se à disponibilidade local de mão-de-obra feminina, reflexo de uma maior integração do agregado familiar camponês na esfera da produção vincadamente capitalista. Essa tendência é sobretudo evidente em áreas com tradição de indústria têxtil, quer de algodão quer de lanifícios, que facilita, no que se refere à mão-de-obra, a incorporação e transmissão de um certo saber local e proporciona, no que toca aos empresários, a multiplicação de casos de integração vertical ou mesmo de conversão total (do têxtil para o vestuário).

Em Lisboa e distritos contíguos, a ocorrência de salários mais elevados e, em geral, de uma força de trabalho mais rígida (mais urbanizada e reivindicativa, por exemplo) constituem um obstáculo à expansão deste tipo de actividade industrial bastante intensiva em trabalho, pelo que, também neste caso, o Sul do país surge numa posição bastante desprivilegiada quando comparado com o Norte.

---

<sup>(1)</sup> O resultado desfavorável de Aveiro deve-se, fundamentalmente, ao forte declínio que um dos sub-ramos com larga tradição na área — chapelaria — tem vindo a evidenciar nos últimos anos, o que leva a ocultar o crescimento que outras actividades do ramo têm demonstrado.

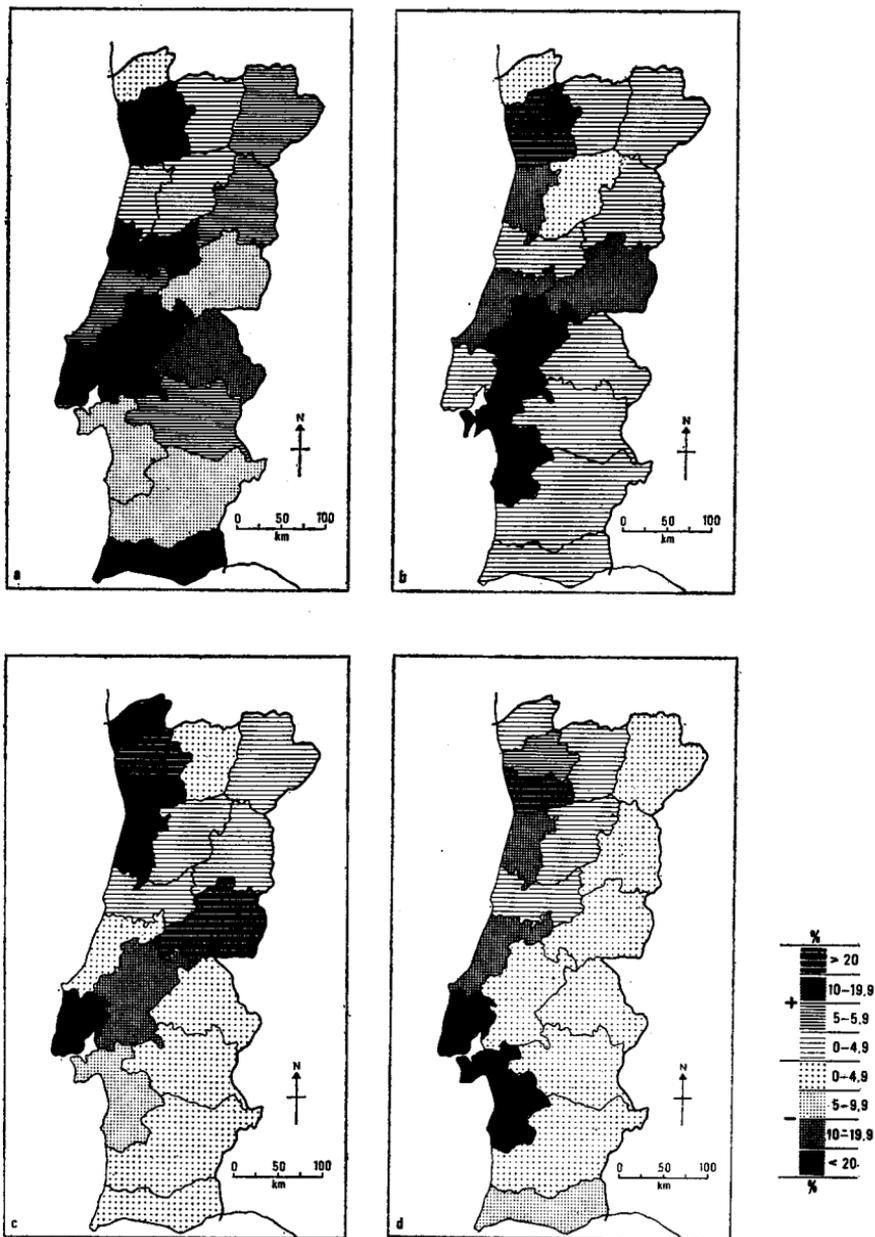


Fig. 6—Incidência da componente diferencial em oito ramos, em valores percentuais (calculados em relação ao total de resultados com o mesmo sinal do respectivo ramo), por distritos (1971-79).

a — Alimentação, bebidas; b — Têxteis; c — Vestuário;  
d — Madeira e mobiliário.

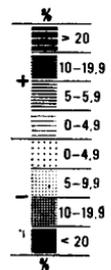
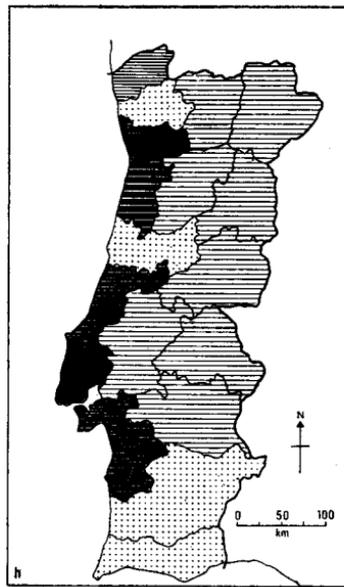
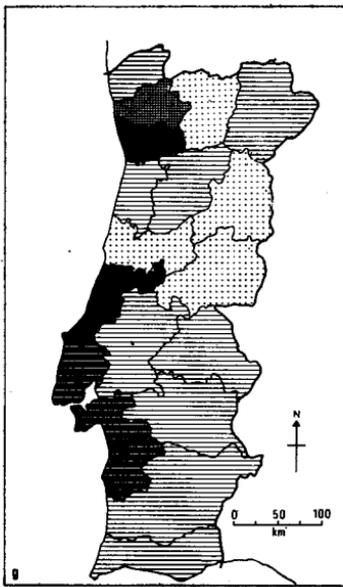
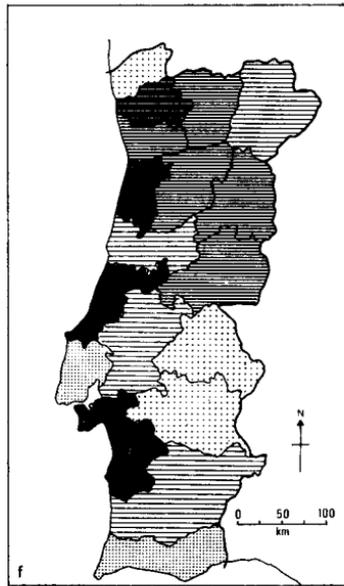
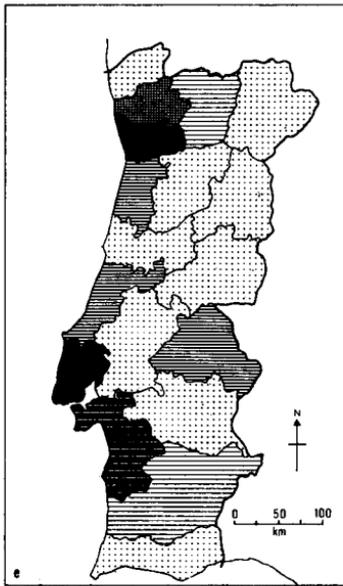


Fig. 6 (continuação)

e — Químicas; f — Minerais não metálicos; g — Produtos metálicos;  
h — Máquinas e material eléctrico e não eléctrico.

#### 5.4.4. *Madeira e mobiliário*

Ao contrário da figura anterior, o padrão visível na figura 6d aponta para uma distribuição polarizada em torno das duas principais cidades do país.

As situações mais favoráveis correspondem a Lisboa e Porto e prendem-se basicamente com a evolução da indústria do mobiliário. Os distritos do Noroeste beneficiam, em geral, do dinamismo que caracteriza, neste aspecto, a área do Porto, por serem bastante florestados, acessíveis e com uma estrutura social propícia ao tipo de unidades em que este ramo vulgarmente se baseia (quer no caso de pequenos investimentos locais, quer para empreendimentos com capital proveniente do exterior, geralmente da maior amplitude); dominam aqui os sub-ramos de serração e carpintaria.

Os decréscimos mais acentuados relacionam-se com quebras ou estagnação por parte do emprego em fábricas de artigos de cortiça: Aveiro, Setúbal e Faro. No caso de Leiria, distrito com importante percentagem de área florestada, é o sub-ramo de serração que perde emprego.

A concentração da indústria do mobiliário em torno de Lisboa e Porto — ao contrário do que sucede, por exemplo, na Dinamarca, onde desfruta de uma localização mais marginal (JENSEN-BUTLER, 1982) — e, simultaneamente, a quebra de algumas actividades artesanais de serração e carpintaria e ainda do fabrico de artigos de cortiça justificam, portanto, a crescente polarização deste ramo por aquelas duas áreas metropolitanas.

#### 5.4.5. *Químicas*

Os valores referentes à componente diferencial neste ramo encontram-se na figura 6e. As situações mais favoráveis correspondem fundamentalmente à instalação ou expansão de estabelecimentos de grande dimensão: refinaria de Sines (Setúbal), I. C. I. (Portalegre) e quatro unidades em Estarreja (Aveiro); em Leiria, no entanto, o valor positivo alcançado prende-se com a reclassificação da indústria do plástico, anteriormente englobada no grupo «outras indústrias transformadoras» e posteriormente incluída no ramo agora em análise.

Os valores mais negativos são obtidos em Lisboa e Porto, reflectindo a incompatibilidade locativa existente entre este tipo de actividade e as grandes aglomerações urbanas.

De uma forma geral (à excepção de Leiria, pelas razões já invocadas), o padrão detectado é bastante semelhante ao que se definiu para 1960-70, revelando a inércia de localização que acompanha indústrias deste tipo (grande dimensão, conversão difícil, etc.).

#### 5.4.6. *Minerais não metálicos*

Também neste caso (fig. 6f) a maior parte dos distritos do Norte evidencia uma situação mais favorável, facto que se deve sobretudo à vitalidade aí alcançada pelo sub-ramo «artigos de cimento e marmorite», isto é, produção de artigos «leves» para a construção civil. Esta actividade baseia-se em pequenas e médio-pequenas empresas, portanto favoráveis aos investidores de origem local, constituindo um bom indicador do dinamismo do sector da construção civil, que inclui, sobretudo, a edificação de moradias unifamiliares (emigrantes, retornados, ascensão de certos grupos sociais subalternos em áreas mais urbanizadas, etc.).

O resultado negativo de Faro é, neste aspecto, interessante, dado o peso que a construção civil/turismo alcançam neste distrito, e sugere uma certa incapacidade por parte deste sector em desenvolver efeitos multiplicadores locais, dada a construção de grandes edifícios, mais exigentes quanto aos materiais a incorporar do que as habitações familiares do Norte do país.

Outros sub-ramos, no entanto, fazem parte deste grupo e alguns deles apresentam distribuições espaciais bem distintas; é o que se verifica, por exemplo, com a indústria do vidro, concentrada na Marinha Grande, e em que declínio e automatização convergem para o resultado bastante negativo obtido pelo distrito de Leiria.

#### 5.4.7. *Produtos metálicos*

Lisboa e Setúbal (fig. 6g) dominam o crescimento do emprego neste ramo. Aí se localizam as principais empresas de metalomecânica pesada, cuja dinamização durante a década de 70 se processa a partir de dois pólos: o Estado, por um

lado, reflectindo a importância que o sector das obras públicas alcançou durante o período considerado, nomeadamente através da implementação de alguns projectos de grande dimensão à escala de Portugal; o segmento do mercado externo constituído por países do denominado Terceiro Mundo (África, Médio Oriente), pelo outro, ilustrando a tendência globalmente evidenciada pelos países semiperiféricos (PERRIN, 1980; COURLET, 1982) para exportarem tecnologia e certos serviços industriais para áreas do globo menos desenvolvidas.

Os valores favoráveis dos restantes distritos do Sul, resultam, antes de mais, da fraca expressão que este tipo de actividade possuía até 1970, o que justifica que a criação de algumas unidades de produtos metálicos, sobretudo relacionados com a construção civil, seja suficiente para que a evolução do emprego neste ramo se apresente globalmente positiva.

As situações mais deficientes (Porto, Leiria, Braga) relacionam-se principalmente com a quebra verificada em actividades em que algumas áreas se encontram tradicionalmente especializadas (cutelarias, ferramentas manuais, etc.).

Repare-se, por último, que a indústria de produtos metálicos, como aliás a de alimentação, pende claramente a favor de Lisboa e em detrimento do Porto, enquanto no têxtil (de algodão) e sobretudo no vestuário a situação que ocorre é precisamente a oposta, o que parece indicar uma certa tendência para a divisão do trabalho existente entre os dois principais centros urbanos do país (ou pelo menos de algumas das suas componentes) se acentuar.

#### 5.4.8. *Máquinas e material eléctrico e não eléctrico*

A leitura da informação incluída na figura 6h deve tomar em conta a acentuada heterogeneidade dos sub-ramos englobados neste grupo no que se refere aos tipos de produção, origem do capital, desenvolvimento organizativo e tecnológico, mão-de-obra requerida, etc.

Os resultados favoráveis obtidos por Setúbal e Viana do Castelo, por exemplo, devem-se sobretudo ao desenvolvimento de estaleiros navais, actividade fortemente intensiva em trabalho, em que Portugal apostou marcadamente a partir dos anos 60.

Mas também uma certa desconcentração produtiva a partir do Porto e sobretudo de Lisboa, e ainda o desenvolvimento local do fabrico de alguns tipos de máquinas e material associados às actividades aí dominantes ou pelo menos com alguma tradição (madeira e mobiliário, calçado, etc.) ou, pelo contrário, reflectindo a conquista de novos mercados intersticiais (electrodomésticos, por exemplo) concorrem para a obtenção de taxas de crescimento do emprego acima da média em diversos distritos.

O acentuado decréscimo que se pode detectar para Lisboa reflecte a existência de desinvestimentos relativos ou absolutos, efectuados sobretudo por parte do capital estrangeiro após 1974, cuja incidência foi particularmente evidente em indústrias de montagem de aparelhos eléctricos.

## 6. CONCLUSÕES

Durante a década de 60, o crescimento regional do emprego do sector secundário revelava uma distribuição geográfica basicamente do tipo centro-periferia, embora JENSEN-BUTLER e PIRES (1983) tenham já evidenciado para esse período alguns elementos dissonantes em relação a essa tendência global.

Ao longo dos anos 70, importantes modificações contribuíram para alterar o padrão distributivo dominante até então, nomeadamente através da emergência de um contraste mais claro entre o Norte e o Sul. Parece possível afirmar-se que, em termos gerais, o país é susceptível de ser dividido, quanto aos aspectos em análise, em quatro grandes conjuntos, já que as taxas de crescimento do emprego secundário são mais elevadas no litoral do que no interior, e no Norte do que no Sul. A primeira destas dicotomias permanece como a mais decisiva, associando-se a aspectos como a acessibilidade, o desenvolvimento de infra-estruturas, a densidade da população ou a dimensão dos mercados locais; que dizer, sobre a nova oposição Norte/Sul?

A figura 7 corresponde a uma representação esquemática dos diversos quadrantes em que Portugal pode ser dividido, quanto a esta questão.

O quadrante noroeste apresenta, em geral, taxas de crescimento positivas, por vezes mesmo superiores à média do

país. Um dos aspectos fundamentais que caracteriza a indústria desta área, onde a uma forte articulação entre o sector manufactureiro e o agregado familiar camponês se adiciona o predomínio de povoamento disperso, é a «flexibilidade» da mão-de-obra empregada. Ao desempenhar um papel defensivo de retaguarda, esta forte ligação ao mundo rural contribui para diminuir os custos de reprodução da força de trabalho. Se a

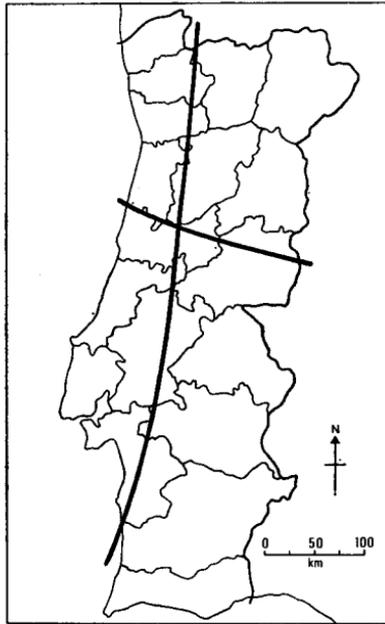


Fig. 7 — Regionalização esquemática de Portugal baseada nos padrões de desenvolvimento industrial detectados para 1971-79.

esse facto se adicionar a elevada percentagem de mão-de-obra feminina, por vezes trabalhando no domicílio ou em regime de *part-time*, fácil se torna compreender o fraco poder organizativo e reivindicativo evidenciado por parte desses trabalhadores e o baixo nível das remunerações que auferem. Esta industrialização difusa baseia-se num número restrito de especializações produtivas (sobretudo têxteis e vestuário) em actividades intensivas em trabalho e quase sempre de nível tecnológico relativamente incipiente. O crescimento industrial

nesta área prende-se, pois, em grande medida, com a flexibilidade da mão-de-obra utilizada e não tanto com progressos realizados no seio dos processos de trabalho a que predominantemente se recorre. Ora se a esse facto se adicionar o relevo alcançado pela componente exportadora e a reduzida dimensão dos mercados de consumo locais, pode verificar-se que se trata de uma industrialização dinâmica mas demasiado vulnerável a factores como a diminuição da procura mundial ou a concorrência internacional desencadeada por países com graus de modernização mais elevados ou pagando salários inferiores aos que se praticam na região. O crescimento do emprego do secundário verificado neste quadrante apoia-se, portanto, não raro, numa base demasiado frágil para que do dinamismo recentemente demonstrado se possa deduzir, de forma imediata, um futuro próximo igualmente favorável, sobretudo se se tiver em conta o actual contexto de acentuada mudança.

O quadrante nordeste apresenta igualmente taxas positivas de crescimento do emprego no secundário. Uma boa parcela da responsabilidade por esses resultados favoráveis prende-se com a chegada de dezenas de milhares de pessoas provenientes das ex-colónias ou dos países (sobretudo europeus) onde se encontravam emigrados, proporcionando não só o alargamento e a intensificação dos mercados de consumo locais como ainda a multiplicação de pequenos investimentos endógenos. O fabrico de produtos relacionados com a construção civil e alguns tipos de indústrias alimentares correspondem às actividades que mais beneficiaram desse conjunto de transformações. As sedes de distrito, pelas características que possuem quanto a infra-estruturas físicas, disponibilidade de mão-de-obra apropriada, serviços de apoio e outros aspectos, capitalizaram uma parte razoável dessa tendência, que assim se adiciona à existência de algumas unidades de capital estrangeiro que aí se instalaram nos finais dos anos 60 e início da década seguinte, procurando beneficiar da ocorrência de força de trabalho abundante e barata ou de uma boa localização em relação ao conjunto da região norte do país. A evolução favorável do emprego do secundário neste quadrante constitui certamente o elemento mais inovador em relação aos resultados obtidos no estudo referente à década de 60.

O quadrante sudoeste evidencia uma situação menos positiva para o emprego secundário. Diversos factores concorrem nesse sentido. Por um lado, há que levar em conta o rápido crescimento do sector terciário na área de Lisboa; por outro lado, a força de trabalho apresenta-se aqui bem mais «rígida» do que no Norte, dadas as suas características urbanas e o tipo de estabelecimentos em que desenvolve as suas actividades, facto que se traduz pela existência de maior militância e poder reivindicativo e, conseqüentemente, de salários mais elevados; por outro lado ainda, a ocorrência de deseconomias de aglomeração torna-se cada vez mais evidente no interior da Área Metropolitana de Lisboa: congestionamento de tráfego, saturação de algumas infra-estruturas e serviços públicos, carência de habitação constituem, entre outros, exemplos de factores que actuam negativamente sobre o desenvolvimento industrial. Em termos gerais, é neste quadrante que se encontram os índices de produtividade mais elevados. Mas o peso alcançado pelas secções de bens de equipamento e intermédios, inseridos na lógica de valorização do capital dominante nos anos 60 — isto é, precisamente as actividades mais atingidas pela actual crise e cuja recuperação passa, muitas vezes, por soluções apoiadas na crescente automatização, com conseqüente agravamento do «desemprego tecnológico» — constitui mais um elemento a concorrer para os resultados menos favoráveis obtidos neste caso.

O quadrante sudeste apresenta-se globalmente como o mais desprivilegiado, não só no que se refere à evolução do emprego ocorrida durante os anos 70, mas ainda quanto ao próprio nível de industrialização existente. No Alentejo, a persistência do proletariado agrícola — associado ao latifúndio ou, após 1974, a unidades colectivas de produção — como grupo social predominante, fortemente organizado e apoiando maioritariamente o Partido Comunista, dificulta ou inibe mesmo a criação de unidades industriais, resultantes de investimentos locais ou provenientes do exterior. No Algarve, as actividades mais especulativas, como a construção civil e o turismo, têm polarizado a maior parte do investimento, sem que se verifiquem efeitos multiplicadores significativos na estrutura da indústria transformadora da região.

Diversas modificações ocorridas ao longo das décadas de 60 e 70 parecem, pois, ter contribuído para uma crescente diferenciação entre os vários quadrantes descritos, superando a tradicional oposição, mais simples, entre litoral e interior. Relembre-se, ainda, que a reformulação do modo como Portugal se insere na divisão internacional do trabalho, ocorrida durante esse período, jogou igualmente nesse sentido. A importância das relações comerciais com as colónias favoreceu, por várias vias, a multiplicação de implantações industriais nos distritos do litoral; mas a crescente integração nos mercados internacionais, quer através do desenvolvimento de um sector exportador demasiado monopolizado por indústrias intensivas em trabalho, quer através do investimento estrangeiro directo, proporcionou novos padrões de localização, ao valorizar a disponibilidade de mão-de-obra abundante, dócil e barata como elemento primordial. Embora a oposição entre o litoral e o interior se mantenha, como foi afirmado, como a mais evidente, o conjunto de modificações descritas conduziu, pois, à emergência de novas configurações espaciais quanto à evolução do emprego do sector secundário.

Por outro lado, o facto de as tendências de crescimento industrial se aproximarem bastante mais da componente diferencial do que da estrutural, o que não sucedia nos anos 60, permite relevar a importância de características relativamente específicas a cada região, que podem mesmo contribuir para alterar os resultados teoricamente previsíveis a partir da composição dos vários ramos presentes; isto é, *a lógica regional parece sobrepor-se à lógica sectorial*.

A adequação do recurso a leituras do tipo centro-periferia, ainda que apenas como instrumento descritivo, parece, portanto, ter sido posta em causa a partir da análise empírica de uma das componentes da realidade regional portuguesa, constituindo mais um elemento a favor das críticas previamente sintetizadas pelos autores deste artigo em FERRÃO e JENSEN-BUTLER, 1984. É verdade que prossegue um certo movimento de desconcentração produtiva a partir dos principais centros urbanos (Porto e sobretudo de Lisboa) para áreas menos «centrais», tendência, aliás, observável em muitos países da Europa Ocidental. Este facto não significa, contudo, que esse mecanismo alcance a amplitude detectada noutras

nações. A situação de extrema dependência económica e tecnológica em que Portugal se encontra face ao exterior e, secundariamente, a possibilidade de revitalização do investimento em áreas vulgarmente classificadas como periféricas ou mesmo marginais podem concorrer para a eclosão de padrões relativamente específicos, que não terão necessariamente que acompanhar as tendências dominantes observadas em outros países europeus.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMSTRONG, H. e TAYLOR, J. (1978), *Regional economic policy and its analysis*. Philip Allun, Oxford.
- BROWETT, J. (1984), On the necessity and inevitability of uneven spatial development under capitalism. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 8, n.º 2, 155-175.
- BUCK, T. W. (1970), Shift and share analysis — a guide to regional policy? *Regional Studies*, vol. 4, 445-450.
- CENTRO DE ESTUDOS DE PLANEAMENTO (1974), *O método «alteração proporcional»*. Estudos Urbanos e Regionais, n.º 2, Centro de Estudos de Planeamento.
- COOKE, P. (1980), Dependent development in the United Kingdom with particular reference to Wales. *Progress in Planning*, 15.
- COURLET, C. (1982), De la théorie du sous-développement aux hypothèses de la semi-industrialisation. *Estudos de Economia*, vol. II, n.º 4, 491-512.
- DE JANVRY, A. e GARRAMON, C. (1977), Laws of motion of capital in the centre-periphery structure. *The Review of Radical Political Economics*, 9, 29-38.
- DUNN, E. S. (1960), A statistical and analytical technique for regional analysis. *Paper and Proceedings of the Regional Science Association*, vol. 6, 97-112.
- FERRÃO, J. (1982), *Classes sociais e indústria em Portugal*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 19.
- FERRÃO, J. e JENSEN-BUTLER, C. (1984), The centre-periphery model and regional development in Portugal. *Environment & Planning D: Society and Space*, vol. 2, 375-402.
- FIELDING, A. J. (1982), Counterurbanisation in Western Europe. *Progress in Planning*, vol. 17.
- FRANK, A. G. (1969), *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. Penguin Books, Harmondsworth, Middlesex.
- GASPAR, J. (1981), Os resultados preliminares do Recenseamento Geral da População, 16 de Março de 1981. *Finisterra*, vol. XVI, n.º 32, 328-341.
- INE (1973), *XI Recenseamento da População 1970. Estimativa a 20 % — 2.º volume*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

- (1977), *Recenseamento Industrial*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- (1934), *XII Recenseamento Geral de População. II Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Definitivos. 1981*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- JENSEN-BUTLER, C. (1982), Capital accumulation and regional development: The case of Denmark. *Environment & Planning A*, 14, 1307-1340.
- JENSEN-BUTLER, C. e PIRES, I. M. M. (1983), *Industrial structure and regional development in Portugal*. Working Paper 13, Geographical Institute, University of Aarhus, Denmark.
- LEWIS, J. R. e WILLIAMS, A. M. (1982), Desenvolvimento regional desequilibrado em Portugal. Situação actual e impacto da adesão à CEE. *Desenvolvimento Regional*, 14/15, 79-140.
- LOPES, A. S. (1980), Regional development and integration. Comunicação apresentada à Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- MACKAY, D. L. (1968), Industrial structure and regional growth: a methodological problem. *Scottish Journal of Political Economy*, vol. xv, June. 129-134.
- MASSEY, D. (1979), In what sense a regional problem? *Regional Studies*, 13, 233-244.
- MYRDAL, G. (1957), *Economic theory and underdeveloped regions*. Gerald Duckworth, Londres.
- PARASKEVOPULOS, C. C. (1974), Patterns of regional economic growth. *Regional and Urban Economics*, 4, 77-105.
- PERRIN, J. (1980), De nouveaux exportateurs de technologie: Les Pays semi-industrialisés. *Economie et Humanisme*, 256, 65-67.
- RICHARDSON, H. W. (1978), *Regional and urban economics*. Penguin, Harmondsworth, Middlesex.
- SAYER, A. (1982), Explanation in economic geography. *Progress in Human Geography*, 6, 68-88.
- SOJA, E. W. (1980), The socio-spatial dialectic. *Annals of the Association of American Geographers*, 70, 207-225.
- STEVENS, H. H. e MOORE, C. L. (1980), A critical review of the literature on shift-share as a forecasting technique. *Journal of Regional Science*, vol. 20, n.º 4, 419-437.
- STILLWELL, F. J. B. (1970), Regional growth and structural adaptation. *Urban Studies*, 6, 162-178.
- WEBBER, M. J. (1982), Agglomeration and the regional question. *Antipode*, 14 (2), 1-11.

## RESUME

*Développement industriel et différences régionales au Portugal, dans la décade de 70.* L'article présente les résultats d'une analyse *shift-share* relative aux modifications régionales de l'emploi dans l'industrie transformatrice au Portugal pendant la période 1971-1979. On fait quelques comparaisons avec les résultats d'une analyse antérieure corres-

pondante à la période 1960-1970. On a trouvé de nouveaux patrons de développement régionale, et sur ceux-là sont indiquées et discutées quelques unes des raisons possibles.

#### SUMMARY

*Industrial development in portuguese regions during the 1970's.*  
The paper presents the results of a shift-share analysis of changes in regional employment in manufacturing industry in Portugal, in the period 1971-79. Comparisons are made with an earlier analysis for the period 1960-70. New patterns of regional development are found to emerge and the reasons for this are discussed.